

## **Ata de Reunião da Mesa Municipal de Negociação Permanente do SUS-Betim**

Aos 13 (treze) dias do mês de julho de dois mil e dez às 14h00min, realizou-se a reunião ordinária da Mesa Municipal de Negociação Permanente do SUS-Betim, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde de Betim, tendo como pauta: 1- Leitura da Ata; 2- Composição da Mesa-SUS; 3- Reposição dos dias paralisados; 4- Férias prêmio; 5- Informes. Compareceram à reunião, a Secretária de Saúde, Conceição Aparecida Pereira Rezende; a Diretora da Gestão do Trabalho, Júnia Beatriz Araújo Mattos; o Superintendente de Administração, Carlos Roberto de Antônio; a Diretora da Superintendência Estratégica e Participativa, Maria Aparecida dos Santos, a Superintendente da Atenção à Saúde, Roseli Costa Oliveira; o Superintendente de Planejamento, Raimundo Loyola Junior; o Superintendente da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, José Estanislau Vilela; o Procurador Adjunto da Saúde, Alexandre Romualdo Mendes; a Diretora de Comunicação da Saúde, Luciana Gontijo; a Secretária Executiva da Mesa-SUS, Elizabete da Silva; a Diretora do Sindguarda, Neurilene Reis; a Coordenadora do Sind-Saúde, Maria da Conceição Silva Pimenta, o Presidente do Sindguarda, Reginaldo Tomaz de Jesus; o Representante do Sinmed, Carlos Magno da Silva; o Presidente do Sinfarmig, Rilke Novato Públio; o Presidente do Sindserb, Geraldo Teixeira de Abreu e o representante do Sindserb, Uilli Hudson Lopes Ribeiro. **1- Leitura da ata-** A ata foi lida e aprovada. A Secretária de Saúde, Conceição Rezende dá início a reunião apresentando o Sr. Carlos Roberto de Antônio, o novo Superintendente de Administração, da Secretaria Municipal de Saúde. A Secretária de Saúde propõe acrescentar na pauta, Composição da Mesa **2- Composição da Mesa-SUS-** Existe um pedido do Sindserb para participação na Mesa-SUS. A Secretária de Saúde esclarece para o Sindserb que a participação na Mesa é definida de acordo com o Regimento, se houver discussão para ampliação, a Mesa deverá ampliar para os dois lados. Ressalta que respeita as entidades e que a Secretaria da Mesa informou para o Sindserb quanto ao Regimento Interno da Mesa-SUS. Pede esclarecimentos. O Presidente do Sinfarmig, Sr. Rilke Públio, relata que a participação do governo é sempre maior. Concorde que a discussão deve ser feita na bancada dos trabalhadores e não deve ser objeto de pauta de discussão na Mesa. A Secretária de Saúde esclarece que o governo tem sido flexível, lembra que em 2009 teve problema grave com entidades que não faziam parte da Mesa Geral e insistiram em participar da Mesa. O Presidente do Sindguarda, Reginaldo Tomaz, concorda que a discussão tem que ser feita com as entidades. O Presidente do Sindserb concorda que a participação do Sindserb na Mesa-SUS deverá ser discutida na bancada dos Sindicatos, mas solicita sua participação nesta reunião para discutir sobre um ponto específico, discussão dos dias parados dos trabalhadores da Saúde. Ressalta que o Sindserb representa também os trabalhadores da Saúde. A Secretária de Saúde esclarece que o Sind-Saúde discute processos de trabalhos dos Servidores da Rede, que são pautados na Mesa-SUS. A Secretária de Saúde propõe que o Sindserb participe desta reunião como observadores, mas não continuem como membros da Mesa, a menos que a bancada dos trabalhadores decida por isso. Há acordo. **3- Reposição dos dias paralisados-** O

45 Presidente do Sindguarda, Reginaldo Tomaz, propõe para a Secretaria de Saúde,  
46 anistia dos dias paralisados. Apresenta um parecer da assessoria Jurídica do  
47 Sindicato, relatando sobre o direito de greve. A Secretária de Saúde informa que não  
48 há acordo do Governo quanto anistia dos dias paralisados. Esclarece que não estão  
49 em discussão anistia dos dias paralisados. O Presidente do Sinfarmig, Sr. Rilke,  
50 pergunta qual motivo do Governo em não anistiar os dias paralisados? Relata que o  
51 processo de greve gera desgastes, que os trabalhadores saem frustrados do movimento  
52 e as férias prêmio e o PCCV, são perdas irreparáveis. Ressalta que a negociação dos  
53 dias paralisados, “anistia”, dá sentido de movimento legítimo, sério, que a  
54 deflagração do movimento de greve, mostra para a Gestão a possibilidade em avançar  
55 Justifica que o argumento é pertinente. A Secretária de Saúde esclarece que é decisão  
56 do Governo e à Mesa-SUS compete a negociação dos dias paralisados. O Presidente  
57 do Sinfarmig, pergunta qual o prejuízo? A Superintendente da Atenção à Saúde,  
58 Roseli Costa propõe retomar a discussão, que a priori seria a negociação dos dias  
59 paralisados. Ressalta que Anistia e corte são pontos extremos. A Secretária de Saúde  
60 informa que foi feito estudo e proposta da Secretaria de Saúde para reposição dos  
61 dias paralisados. Apresenta proposta. Máximo de falta 23 (vinte e três) dias, do dia 07  
62 (sete) de junho á 29 (vinte e nove) de junho. Informa que o calendário de reposição  
63 deverá ser feito de acordo com a necessidade do serviço, a reposição poderá ser  
64 realizada na própria lotação do trabalhador ou em outra unidade de serviço. Prazo  
65 para reposição dia 31 (trinta e um) de outubro. Fazer registro de cada Servidor em  
66 folha separada, constando saldo de débito. Unidades Básicas e Centros de  
67 Referências e Especialidades poderão repor aos sábados. Poderão ser descontados os  
68 pontos facultativos, campanha de vacinação, dedução de banco de horas para  
69 Servidores lotados nos setores de Transportes, HPRB e Guarda Patrimonial. A Gestão  
70 do Trabalho irá acompanhar e deduzir as faltas à medida que serão feitas as  
71 reposições dos dias, em contra partida não será descontado em folha o pagamento dos  
72 Servidores. A coordenadora do Sind-Saúde Conceição Pimenta, relata que a greve do  
73 Estado durou 40 dias e não foi descontado o pagamento dos Servidores. O Presidente  
74 do Sinfarmig, Rilke Públio pondera regra da necessidade com serviço e apresenta  
75 preocupação quanto as UBS funcionarem aos sábados, solicita que o trabalhador  
76 possa fazer acordo em seu local de trabalho, pergunta sobre a proposta de o  
77 trabalhador repor em outra Unidade e informa que irá levar para a assembléia. O  
78 representante do Sinmed, Carlos Magno, informa também que irá levar para  
79 assembléia. A Superintendente da Atenção à Saúde, Roseli Costa, ressalta que o  
80 Sindicato não é só intermediário, entende a posição dos mesmos, a razoabilidade, fala  
81 da análise da situação concreta. Conceição Rezende, esclarece sobre o ponto  
82 facultativo e os sábados, os pontos facultativos poderão ser descontados e quanto aos  
83 sábados as Unidades de Saúde poderão promover mutirões de acordo com a demanda  
84 e a necessidade dos serviços prestados. A Coordenadora do Sind-Saúde, Conceição  
85 Pimenta propõe anistia de 50% dos dias paralisados. O representante do Sinmed,  
86 Carlos Magno, pergunta quanto ao funcionamento da Unidade Básica aos Sábados  
87 onde parou só um profissional. Conceição Rezende, esclarece que o profissional  
88 poderá repor em outra unidade, quanto à redução para 50%, informa que a Secretaria

89 de Saúde não tem governabilidade para autorizar redução do calendário de reposição.  
90 Há debate quanto à proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, do  
91 calendário de reposição dos dias paralisados. O Presidente do Sinfarmig, informa que  
92 os Sindicatos irão levar para assembleia que acontecerá dia 14 (quatorze) de julho a  
93 proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, do calendário de reposição  
94 dos dias paralisados. O Presidente do Sindguarda, pergunta a respeito da vida  
95 funcional do trabalhador, à medida que ele repor os dias, as anotações em sua ficha  
96 funcional será suprimida? A Secretária de Saúde esclarece que uma vez pactuado,  
97 cumprindo o acordo, não irá constar anotações na ficha funcional do trabalhador. **4-**  
98 **Férias Prêmio-** O Presidente do Sinfarmig, pergunta se houve proposta de mudança  
99 referente a pagamento das férias prêmio. A Secretária de Saúde informa que Governo  
100 apresentou nova proposta, quanto ao pagamento de quem tem direito até R\$ 5.000,00,  
101 irá manter esta proposta. Para os que terão direito acima de R\$ 5.000,00, apresenta  
102 proposta de criar comissão paritária Governo e representante dos Sindicatos para  
103 fazer levantamento da situação, calcular impacto e estudar outras possibilidades de  
104 fazer o pagamento. Quanto ao PCCV, há acordo de Comissão, governo e sindicato,  
105 para fazer levantamento e estudos e apresentar propostas de revisão para o PCCV. **5-**  
106 **Informes-** A Secretária de Saúde informa sobre a discussão nacional de excluir dos  
107 limites da Lei de Responsabilidade Fiscal os salários do Pessoal da Saúde e  
108 Educação, da Lei de Responsabilidade fiscal. Ressalta a importância em investir em  
109 pessoas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Elizabete da Silva, a  
110 presente ata.

111 Conceição Aparecida Pereira Rezende \_\_\_\_\_  
112 Roseli da Costa Oliveira \_\_\_\_\_  
113 Júnia de Araújo Mattos \_\_\_\_\_  
114 José Estanislau Vilela \_\_\_\_\_  
115 Carlos Roberto de Antônio \_\_\_\_\_  
116 Alexandre Romualdo Mendes \_\_\_\_\_  
117 Raimundo Loyola Junior \_\_\_\_\_  
118 Elizabete da Silva \_\_\_\_\_  
119 Maria Aparecida Santos \_\_\_\_\_  
120 Maria da Conceição Pimenta \_\_\_\_\_  
121 Neurilene Reis \_\_\_\_\_  
122 Reginaldo Tomaz de Jesus \_\_\_\_\_  
123 Carlos Magno da Silva \_\_\_\_\_  
124 Rilke Novato Públio \_\_\_\_\_

125  
126  
127  
128  
129  
130